

## OS DESVIOS DA TRADUÇÃO: TRÊS QUESTÕES POLÊMICAS EM FRANCIS HENRIK AUBERT

Élida Paulina FERREIRA<sup>1</sup>

- RESUMO: Em *As (in)fideliades da tradução: servidões e autonomia do tradutor*, Francis Henrik Aubert levanta três questões sobre a tradução e o tradutor, cujos papéis propõe redimensionar, opondo-se a uma visão que considera tradicional. Entre a apresentação das questões e sua representação com respostas há um desvio teórico. Examinando este desvio em termos de um *double bind*; dito de outra forma, levanto a hipótese segundo a qual o movimento da reflexão aubertiana encena um conflito em torno das questões propostas que revela a necessidade e a impossibilidade de estabelecer a tradução como um mecanismo cujo funcionamento seja previsível e sustente um "tradutor-mediador". A partir de uma dimensão desconstrutivista, assumo que, ao invés de revelar uma contradição, a construção teórica proposta por Aubert passa a funcionar como uma espécie de *double bind*.
- PALAVRAS-CHAVE: Tradução; *double bind*; resistência; (in)fideliades; dimensão desconstrutivista; intervenção do tradutor; teoria.

O livro *As (in)fideliades da tradução: servidões e autonomia do tradutor* é um lugar de reflexão sobre tradução em que Francis Henrik Aubert apresenta uma crítica a certa visão de tradução que denomina tradicional, levanta questões a serem investigadas e estabelece como objetivo de sua análise responder às questões propostas e fornecer ele-

---

<sup>1</sup> Aluna de pós-graduação do Departamento de Linguística Aplicada – Instituto de Estudos da Linguagem – Unicamp – 13083-970 – Campinas – SP.

mentos que permitam uma revisão do papel tradicionalmente atribuído ao tradutor e à tradução (1994, p.8).

Na elaboração de sua teorização, Aubert busca um mecanismo que responda pelo funcionamento da tradução, no qual o tradutor se encaixe; idealizando a separação processo/produto e abordando a tradução como ato comunicativo e como um fenômeno. Mas essa tentativa de separação dos supostos pólos – processo/produto – esbarra na intervenção do tradutor e conduz a desvios.

Num primeiro momento, quando anuncia a busca de revisão do papel atribuído tradicionalmente ao tradutor e à tradução, Aubert lança as seguintes questões:

- (1) É cabível exigir do tradutor o seu próprio apagamento?;
- (2) Em que medida é aceitável o desvio do texto traduzido em relação ao original? e
- (3) Admitida a diversidade lingüística e cultural, sem as quais estaria prejudicada a própria razão de ser da tradução, até que ponto a diversidade constitui, efetivamente, um conjunto de "servidões" impositivas? (1994, p.8)

A partir da discussão dos diversos fatores condicionantes do ato tradutório, espera colher subsídios suficientes para que sejam respondidas as questões sugeridas na introdução e retomadas no último capítulo do livro, tal como seguem:

- (1) É cabível exigir do tradutor o seu próprio apagamento, ou seja, esperar que ele evite, na medida (sobre)humanamente possível, uma atuação que resulte em um filtro entre o texto original e a recepção do texto traduzido na língua de chegada?;
- (2) Em que medida os desvios decorrentes de tal confronto são ou não admissíveis na tradução? e
- (3) A diversidade imposta pelas línguas e culturas de partida e de chegada do ato tradutório constitui, efetivamente, um conjunto de "servidões" que se impõem ao tradutor? (p.79)

Entre a apresentação das questões e a sua retomada com respostas há uma negociação, no âmbito da discussão dos fatores que tomam parte no ato tradutório, comprometida com a categorização das variáveis que interferem na tradução (p.13-4) e com a tentativa de tratar a tradução como fenômeno, cujo mecanismo possa ser previsto. Todavia a tradução resiste a esse tratamento, ou seja, resiste à categorização e à

domesticação com as quais se acena e por isso o teórico precisa, ao retomar as questões, alterá-las e tentar conformá-las à maneira como os fatores interferentes da tradução foram abordados, ao longo do seu livro. Há o desvio e o cotejo entre as versões, nos dois momentos, pode nos dar indicações desse desvio teórico.

Inicialmente, o estabelecimento das perguntas está comprometido com a crítica do que Aubert chama de “visão bastante difundida de tradução e do traduzir” (p.7). Nessa visão, o agente da tradução e do traduzir tende a ser visto como submetido a várias servidões. Submisso ao original e às restrições impostas pelas diversidades lingüísticas e culturais, o tradutor deveria, na medida do possível e do impossível, abstrair o seu próprio ser, tornar-se um mero canal para permitir a passagem “plena” do texto original à sua nova configuração lingüística. Nessas condições, o tradutor acaba sendo considerado um mal necessário. Admite que casos de incompetência há, mas não se trata de analisar a condição do tradutor nesse plano; para ele, outras são as questões que merecem atenção (p.8).

Quando as questões são rerepresentadas, o seu compromisso não mais se reporta à crítica feita a uma “visão bastante difundida de tradução e do traduzir”, e divergem em relação à primeira proposta. O compromisso, nesse segundo momento, é com a dificuldade metodológica reportada (p.8-9) e com a concepção de tradução que preside à discussão dos fatores que Aubert elege como aqueles que tomam parte na tradução e que lhe servirão de base de informação para responder às questões apontadas como pertinentes.

Num primeiro momento, a interrogação (1) – “É cabível exigir do tradutor o seu apagamento?” – vem questionar a idéia segundo a qual “o tradutor deveria, na medida do possível e do impossível, abstrair o seu próprio ser, tornar-se um mero canal, livre de ‘ruídos’ ou outras obstruções à passagem ‘plena’ do texto original à sua nova configuração lingüística”, ou seja, o texto traduzido. Quando essa questão é retomada, há um desvio. Não se analisa mais o papel do tradutor, a partir do confronto entre texto original e texto traduzido, mas a partir da relação original/recepção do texto traduzido. Introduce-se a expectativa do receptor, ou a imagem que o tradutor faz dela, como um parâmetro direcionador da atuação do tradutor, na suposição de que esse possa dar a medida de sua intervenção, mas esse recurso não impede o desvio. É esse mesmo aspecto que responde pela divergência entre as versões da segunda questão: “Em que medida é aceitável o desvio do texto traduzido em relação ao original?” e “Em que medida os desvios

decorrentes de tal confronto [entre o texto original e a recepção do texto traduzido na língua de chegada] são ou não admissíveis na tradução?”.

A diversidade lingüística e cultural, na primeira versão da terceira questão, é assumida como inerente à tradução; já na segunda versão desta mesma questão, aparece como uma imposição promovida pelas línguas e culturas de partida e de chegada do ato tradutório. Referência é feita ao ato tradutório, não à tradução, embora o que se busque seja “a revisão do papel do tradutor e da tradução”, não do ato tradutório. Como esse “desvio” tem relação com a dificuldade metodológica, já apontada anteriormente, de estudar a tradução como processo; assim, Aubert precisa ancorar a sua reflexão no âmbito do ato tradutório, supostamente concentrando-se no campo do produto. E precisa, da mesma maneira, deslocar as suas perguntas, reformulando-as. No movimento de sua reflexão, Aubert lida com a tradução em duas dimensões: de um lado, busca negociar uma concepção de tradução vista como fenômeno, recorrendo ao “ato tradutório”; de outro, admite a intervenção do tradutor e o acontecimento da tradução, entretanto, não pode entregar-se a esta situação.

Na primeira resposta, Aubert é taxativo: o apagamento é inviável e o tradutor é agente, produtor de texto (p.80). Mas reside ainda uma pergunta: será inevitável a intervenção do tradutor como produtor de sentidos?

A análise das relações imagéticas entre os participantes dos diversos atos de comunicação, a constatação de que ocorre intersecção entre as mensagens – pretendida, virtual e efetiva – e que jamais existe identidade, todos esses fatores comprovam a inviabilidade do “apagamento”. Aubert afirma:

terá [o tradutor] de tomar decisões nos mais diversos níveis: comunicativo, lingüístico e técnico. É, portanto e inevitavelmente, agente, elemento ativo, *produtor* de texto, de discurso. Mesmo a tentativa de apagamento – que, de fato, nada mais pode pretender do que ser uma tentativa, através do persistente esforço de colocar-se “no lugar do outro” – constitui, além de um objetivo inalcançável na sua plenitude, uma opção pessoal do tradutor, e, portanto, em última análise, o texto traduzido portará as marcas dessa opção pessoal. (p.80-1)

O teórico encontra-se em dupla posição. Partindo do que Ottoni (1997, p.160) comenta sobre o fato de as teorias e histórias serem cons-

tituídas na tentativa de estabelecer e detectar a tradução como um mecanismo cujo funcionamento pode ser identificado e previsto, assumo que Aubert está entre a tentativa de estabelecer um funcionamento do ato tradutório – em que os fatores condicionantes desse ato seriam categorizados – e entre a impossibilidade de levar adiante o seu projeto independentemente da intervenção do sujeito; então visto como agente, produtor de texto cujo apagamento é inviável. Como se houvesse pelo menos dois momentos na sua teorização: um em que o autor tenta tratar a tradução como ato tradutório e sua discussão se amarra ao esquema de comunicação organizado por Jakobson (Aubert, 1994, p.10-3). E outro em que, a partir da discussão anterior, o autor admite a inevitabilidade da intervenção do tradutor como produtor de textos (p.79-85), entretanto, não tem condições de levar às últimas conseqüências, a partir do interior de sua teorização, a admissão da impossibilidade de apagamento.

Na segunda resposta, Aubert coloca-se em terreno complexo. Parte da assertiva de que traduzir é desviar, mas assume que há um limite entre o que é aceitável como desvio e o que não o é. O autor afirma:

é a existência do desvio (que preexiste ao ato tradutório e se confirma nele) que institui a própria tradução, que a justifica como operação lingüística, cultural e comunicativa. No entanto, para além de um (in)certo limite, o segundo texto deixa de ser reconhecível como a tradução do primeiro. (p.81)

A primeira dificuldade seria, então, identificar esse limite. Se considerarmos a primeira resposta de que não há possibilidade de apagamento do tradutor, já que é produtor de texto, essa busca de limite já não se justifica mais. Uma das conseqüências de se considerar a impossibilidade de apagamento do tradutor é a revisão do papel tradicionalmente atribuído ao tradutor e à tradução: o tradutor inevitavelmente intervém na língua e a tradução se instala como um acontecimento. Buscar limites para o desvio é tentar colocar a tradução no âmbito de um fenômeno transcendental, que supostamente pode ser pensado independente da língua. Entretanto, a fixação de critérios imutáveis que definam o que é aceitável não se efetiva e o teórico necessita desviar:

a complexidade das relações intersubjetivas, a variedade motivacional dos interlocutores, as restrições não apenas lingüísticas e culturais mas, com peso freqüentemente marcante, também as de ordem temporal, tornam no

mínimo difícil, para não dizer impossível, estabelecer *in vitro* um critério ou um conjunto de critérios que assegure uma delimitação estável entre o aceitável e o inaceitável, um referencial fixo, aplicável a qualquer situação tradutória. (p.81)

Atribui a dificuldade à complexidade das relações que se propusera a categorizar, mas é a intervenção do sujeito na língua que desestabiliza a sua tentativa de sistematicidade. Isso acontece a propósito da tentativa de sistematizar a intervenção do que chama de participantes do ato tradutório (p.27-8). Em relação às mensagens, o teórico não tem como fugir à leitura promovida pelo tradutor, entretanto, ainda assim, busca dispositivos que respondam pelo limite da atuação do tradutor, pois mantém a dicotomia diversidade/identidade (p.76-7). Estratégia semelhante é utilizada em relação à análise dos outros fatores condicionantes do ato tradutório, que se propõe a examinar; entretanto, uma vez mais, a sua teorização é abalada.

Contrariando a sua asserção de que “para além de um (in)certo limite, o segundo texto deixa de ser tradução do primeiro”, após admitir a complexidade de se avaliar uma tradução, assume que esse limite não pode ser fixado e recai na particularidade, no âmbito, portanto, da inevitabilidade da intervenção do tradutor, afirmando:

Em suma, não parece ser possível estabelecer um critério único e geral de aceitabilidade ou não dos desvios, cabendo efetuar, caso por caso, uma avaliação global (e não apenas inspirada em uma lingüística ou uma estilística comparada) que focalize, com elevada prioridade, a maior ou menor coincidência de intenções comunicativas entre os participantes *daquele* ato tradutório em particular. (p.84)

Afinal, em que medida é aceitável o desvio do texto traduzido em relação ao original? Aceitar o desvio da forma como Aubert o faz – “traduzir é desviar” – é corroborar a impossibilidade de apagamento e a aceitação de um tradutor produtor de sentidos. Entretanto o teórico, na constituição de sua teorização, necessita de um lugar de estabilidade que as suas respostas abalam. Esse movimento evidencia o *double bind* e revela que a tradução é um acontecimento, já que o sujeito é um produtor de sentidos.

Diante desse conflito, Aubert busca a conciliação e institui um tradutor árbitro, mediador, tendo já admitido que o tradutor é necessariamente um produtor de texto. Será esse o suposto limite para o desvio na tradução?

Ao retomar a terceira questão – Até que ponto a diversidade imposta pelas línguas e culturas de partida e de chegada do ato tradutório constitui efetivamente um conjunto de “servidões” que se impõem ao tradutor? –, cogita situações que a sua reflexão, de alguma forma, já superou. Ele argumenta:

Como se pôde verificar nos capítulos precedentes, as exigências – linguísticas, culturais, sociais, comunicativas, subjetivas – colocadas à tradução são freqüentemente conflitantes, contraditórias. Diante de tal situação, a visão do tradutor como sujeito a uma multiplicidade de servidões implicaria como que seu “esquartejamento”, sua aniquilação e, no limite, a impossibilidade de satisfazer de maneira integral a qualquer uma das exigências postas ao ato tradutório. A anulação de sua presença, o requisito do “apagamento”, constitui, portanto, caminho certo e predeterminado para pré(julgar) o tradutor como intrinsecamente incompetente e seu trabalho como inevitavelmente inadequado. (p.81)

Esse retorno talvez diga respeito ao fato de o autor não ter assumido as conseqüências de considerar o tradutor um produtor de textos. Por isso ele precisa retornar à visão de tradução que critica, recuperando a possibilidade de apagamento, para justificar a construção de um tradutor-árbitro, conciliador, administrador de conflitos, gerenciando e negociando as soluções e os compromissos possíveis. Quando assume o tradutor como produtor de texto está redefinindo o papel do tradutor em relação à visão de tradução que critica. Todavia se desvia e, quando trata da diversidade na tradução, não pensa o papel do tradutor a partir da sua própria crítica, retorna à visão que combate para instituir um tradutor-mediador, o que sugere uma diferença entre o tradutor-produtor da resposta dada à primeira questão e o tradutor-árbitro da terceira questão, pelo qual o autor faz opção. Esse tradutor é responsável pela conciliação entre os diversos requisitos, como administrador dos conflitos, gerenciando e negociando, passo a passo, as soluções possíveis (p.85).

A diferença suposta, todavia, entre tradutor-produtor e tradutor-árbitro, Aubert a desfaz, tentando mantê-la, quando aponta que o tradutor estará administrando “soluções possíveis”. Quem decide esse “possível” é o tradutor no momento da produção. Quero mostrar que, de alguma maneira, o tradutor intervém na língua e sua autonomia se justifica em face dessa intervenção e a tradução acontece. Se Aubert já admitira que não há possibilidade de apagamento e que o tradutor é produtor de texto, por que, agora, instituir um tradutor-árbitro, gerenciador e conciliador de conflitos para justificar a sua autonomia? O que

confere autonomia ao tradutor não é o grau de ligação que se estabelece entre as diferentes línguas e culturas; ele é autônomo porque não há possibilidade de seu apagamento e é produtor de sentidos. Mas a teorização aubertiana resiste e, ao mesmo tempo que busca entender a atuação do tradutor de um ponto de vista mais sistemático, aponta para a particularidade e para o conflito com a língua do qual o tradutor não se desvencilha.

Para confirmar que o tradutor é autônomo e não servil, Aubert precisa discutir a relação entre língua e “visão de mundo” e é apenas após concluir que essa relação não é tão inerente que, então, assume que a diversidade lingüística e cultural não pode constituir “um conjunto de ‘servidões’ impositivas” para o tradutor (p.42). Ao longo de sua teorização sobre a diversidade não cogita qual seria o papel do tradutor ante as diferenças entre línguas e culturas, prefere tratar a questão em termos da “possibilidade da tradução”, desviando-se da problemática da intervenção do tradutor, da mesma forma que se desvia desta problemática a propósito da resposta dada à terceira questão, quando institui o tradutor-mediador, tendo acabado de afirmar que o tradutor é um produtor de textos. O conflito revela, por meio da língua, a dupla posição do teórico; revela uma espécie também de *double bind*. Dito de outra forma, ao invés de revelar uma contradição, o argumento de Aubert passa a funcionar como uma espécie de *double bind*.

Comentando o mito de Babel, quando Deus impõe e opõe seu nome, a sua lei aos Semitas, Derrida (1985) anuncia o *double bind* – necessidade e impossibilidade da tradução. Ele afirma que, quando Deus impõe e opõe seu nome, ele rompe a transparência racional mas interrompe, também, o imperialismo lingüístico, destinando-os à tradução, sujeitando-os à dupla lei da tradução necessária e impossível. Além disso, a tradução torna-se lei, dever e débito, mas um débito do qual ninguém se desvencilha (p.174). O *double bind* está na lei. Por isso não nos desvencilhamos do débito ao mesmo tempo que a transparência está impedida (p.184). Dessa perspectiva é que se diz que tradução é acontecimento e o *double bind* mostra isso. Sobre a relação do *double bind* com a língua, Ottoni (1998) comenta:

É só através do *double bind* que um texto se faz outro ao evidenciar que a diferença de sentidos não é privilégio das diferenças e diferentes línguas, mas de como esta diferença está marcada na língua do tradutor. E como ele não consegue se libertar da imposição de sua língua ... a tradução inevitavelmente promove a língua e a faz transbordar. (p.5)

Como não nos libertamos da língua, assumo que os conflitos teóricos encenados por Aubert revelam o acontecimento da tradução, provocando ao infinito desvios e encenando o *double bind*. Como tenho insistido, a tradução instaura-se em termos de um duplo endividamento – necessidade e impossibilidade –, um *double bind*, que, de acordo com Derrida, “está na lei” e é “insolvente em ambos os lados” (1985, p.184-5). A partir dessa postura defendo, em concordância com Ottoni (1997), que o *double bind*, por meio da língua, revela a resistência da tradução à sistematização, ao estabelecimento de um mecanismo previsto que encerre em limites fixos a relação sujeito (tradutor)/objeto (língua) e o movimento da reflexão aubertiana encena esse *double bind*, uma vez que esta é perturbada e, ao mesmo tempo, desestabiliza as “oposições binárias e hierarquizantes que autorizam todo princípio de distinções tanto no discurso ordinário quanto no discurso filosófico ou teórico” (Derrida, 1996, p.46). Assim, no conjunto dessa discussão sobre os desvios da tradução, Aubert se desvia ao reformular as questões apresentadas; desvia-se ao tratar a tradução como ato tradutório; precisa desviar-se do processo da tradução; desvia-se, ao tratar da diversidade; desvia-se da intervenção do sujeito, mas a língua também promove seus desvios, e o teórico não está livre de sua imposição, não está livre da tradução, duplamente necessária e impossível.

FERREIRA, E. P. Deviations in translation: three polemical issues in Francis Henrik Aubert. *Alfa (São Paulo)*, v.44, n.esp., p.113-122, 2000.

- **ABSTRACT:** *Francis Henrik Aubert, in his work As (in)fidelidades da tradução: servidões e autonomia do tradutor, points out three questions in regard to translation and the translator's role. He proposes to examine those questions in a dimension different from the one he considers traditional, by making a revision of the role of translation and of the translator. The gap between the first presentation of the questions and their new presentation with answers reveals a theoretical deviation. I shall examine this deviation in terms of a double bind; in other words, I point out that the movement of Aubert's theorization brings to the scene a conflict which reveals the necessity and the impossibility to establish the translation as a mechanism which could be predicted and that could cope with a "mediator". Based on a deconstructivist approach, I shall suggest that, instead of revealing a contradiction, Aubert's theorization functions as a kind of double bind.*

- **KEYWORDS:** Translation; double bind; resistance; (non)fidelity; deconstruction; translator's intervention; theory.

## Referências bibliográficas

- AUBERT, F. H. *As (in)fidelidades da tradução: servidões e autonomia do tradutor*. 2.ed. Campinas. Ed. Unicamp, 1994.
- DERRIDA, J. Des Tours de Babel. In: GRAHAM, J. (Ed.) *Difference in translation*. Tradução para o inglês de J. Graham. Ithaca: Cornell University Press, 1985. p.165-207.
- \_\_\_\_\_. *Résistances de la psychanalyse*. Paris: Galilé, 1996.
- OTTONI, P. R. A tradução é desde sempre resistência: Reflexões sobre teoria e história. Alfa: *Revista de Lingüística (São Paulo)*, v.41, p.159-68, 1997.
- \_\_\_\_\_. Tradução recíproca e double bind: transbordamento e multiplicidade de línguas. *Revista Internacional de Língua Portuguesa (Lisboa)*, n.esp., 1998. (no prelo).